

HOSPITAL ESPIRITA EURIPIDES BARSANULFO
CNPJ 01.269.083/0001-81
Balço Patrimonial – Em Reais

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
TOTAL DO ATIVO	7.120.285,57	7.883.331,06
Circulante	3.671.774,10	4.827.210,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	247.527,86	369.400,41
Caixa	3.109,11	2.518,17
Bancos Conta Movimento - Recursos sem Restrição	(95.915,18)	45.703,96
Bancos Conta Movimento - Recursos com Restrição	4.066,26	2.370,20
Bancos Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição	1.233,93	27.843,14
Bancos Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição	335.033,74	290.964,94
Créditos a Receber	3.220.248,22	4.154.490,86
Clientes - Área da Saúde	2.713.758,60	3.268.491,01
Clientes - Área da Educação	698.795,30	468.413,50
Cartão de Crédito	19.385,40	19.680,39
Adiantamentos a Fornecedores e Funcionários	68.982,73	65.813,76
Outros Créditos	24.856,64	627.770,90
(-) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(305.530,45)	(295.678,70)
Estoques	203.998,02	303.318,99
Farmácia	74.652,49	157.103,46
Almoxarifado	129.345,53	146.215,53
Não Circulante	3.448.511,47	3.056.120,80
Realizável a Longo Prazo	722.256,54	0,00
Convênios Saúde em Cobrança	585.806,54	0,00
Veículos Recebido em Doação - Rifa	36.450,00	0,00
Título de Capitalização	100.000,00	0,00
Investimentos Permanentes	34.668,04	29.727,65
Participações Societárias	33.098,98	28.158,59
Ações Linha Telefônica	1.569,06	1.569,06
Imobilizado	2.691.586,89	3.026.393,15
Bens e Direitos	4.790.636,21	4.747.885,70
(-) Depreciações Acumuladas	(3.314.980,47)	(3.195.840,34)
Bens e Direitos Subvenções	3.048.287,33	2.808.060,95
(-) Depreciações Acumuladas Subvenções	(1.832.356,18)	(1.333.713,16)
Intangível	0,00	0,00
Softwares	5.310,00	5.310,00
(-) Amortização de Softwares	(5.310,00)	(5.310,00)

A notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	30/12/2022	31/12/2021
TOTAL DO PASSIVO	7.120.285,57	7.883.331,06
Circulante	3.812.805,93	2.825.471,24
Fornecedores	326.040,38	197.194,57
Obrigações Trabalhistas	1.063.286,02	1.081.171,99
Obrigações Sociais	557.645,33	204.191,71
Parcelamentos Previdenciário	105.346,65	83.350,33
Parcelamento Não Previdenciário	101.046,72	0,00
Adiantamentos de Clientes	80.301,23	50.901,55
Empréstimos e Financiamentos	1.259.763,95	834.047,61
Outras Contas a Pagar	23.825,53	28.049,03
Obrigações Tributárias	106.025,57	57.620,42
Veículos Recebido em Doação - Rifa	36.450,00	0,00
Mútuos Pessoas Ligadas	85.000,00	0,00
Recursos de Convênios em Execução	68.074,55	288.944,03
Não Circulante	1.740.817,04	2.197.382,73
Empréstimos e Financiamentos	124.546,12	540.059,28
Receita Diferida de Subvenções	1.215.931,16	1.474.347,80
Parcelamentos Previdenciário	8.778,88	122.525,65
Parcelamento Não Previdenciário	345.242,96	0,00
Provisões para Contingência	46.317,92	60.450,00
Patrimônio Líquido	1.566.662,60	2.860.477,09
Patrimônio Social	2.860.477,09	4.339.244,61
Superávit (Déficit) do Período	(1.293.814,49)	(1.478.767,52)

A notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL ESPIRITA EURIPIDES BARSANULFO
CNPJ 01.269.083/0001-81
Demonstração do Resultado do Período – Em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	18.014.649,85	17.189.063,77
Receita Bruta de Saúde	15.849.099,39	14.888.191,21
Receitas com Convênio com SUS	6.794.703,84	6.320.460,46
Receitas Planos de Saúde	3.652.311,68	3.585.182,60
Receita com Pacientes Particulares	523.110,19	277.515,59
Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	571.881,11	458.265,84
Receita com Subvenções de Custeio	736.996,09	1.058.149,00
Receita com Subvenções Aquisição de Imobilizado	498.643,02	433.233,91
Outras Receitas	707.237,24	456.363,55
Receitas com Isenção Tributária Usufruída Hospital	2.364.216,22	2.299.020,26
Deduções área da Saúde	(223.666,73)	(190.926,75)
(-) Glosas SUS	0,00	(159.407,85)
(-) Glosas Planos de Saúde	(223.666,73)	(31.518,90)
(-) Custo do Serviço de Saúde	(13.298.991,73)	(13.655.522,08)
Despesa com Pessoal Hospital	(8.460.388,10)	(8.311.588,04)
Honorários Médicos	(1.103.724,37)	(1.591.166,60)
Exames Laboratoriais	(43.544,10)	(40.492,56)
Farmácia	(1.230.443,95)	(1.120.688,28)
Nutrição	(80.779,25)	(232.028,25)
Despesa com Tributos Isentos Hospital	(2.364.216,22)	(2.299.020,26)
Outros Custos Assistenciais	(15.895,74)	(60.538,09)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO ÁREA DA SAÚDE	2.326.440,93	1.041.742,38
Receita Bruta de Educação	2.165.550,46	2.300.872,56
Receitas Colégio	1.806.832,02	1.782.797,51
Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas	860,00	0,00
Outras Receitas	21.334,42	173.771,47
Receitas com Isenção Tributária Usufruída Colégio	336.524,02	344.303,58
Deduções Área Educacional	(843.627,89)	(966.416,75)
(-) Bolsas Integrais	(151.555,00)	(215.450,00)
(-) Bolsas Parciais	(200.154,26)	(190.673,03)
(-) Descontos concedidos	(491.918,63)	(560.293,72)
(-) Custo do Serviço Educacional	(1.600.520,02)	(1.761.371,67)
Despesa com Pessoal Colégio	(1.263.852,58)	(1.278.353,29)
Material Didático	(143,42)	(138.714,80)
Despesa com Tributos Isentos Colégio	(336.524,02)	(344.303,58)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO ÁREA DA EDUCAÇÃO	(278.597,45)	(426.915,86)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO TOTAL	2.047.843,48	614.826,52
Despesas Administrativas	(1.277.068,03)	(1.079.263,21)
Despesas Operacionais	(298.739,47)	(166.091,45)
Despesas Tributárias	(11.192,84)	(45.537,34)
Despesas com Depreciação/Amortização	(617.783,15)	(549.707,49)
Outras Despesas	(128.572,61)	(110.387,58)
(=) RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	(285.512,62)	(1.336.160,55)
Receitas Financeiras	23.125,63	33.068,60
Despesas Financeiras	(1.031.427,50)	(175.675,57)
(=) RESULTADO DO PERÍODO	(1.293.814,49)	(1.478.767,52)

A notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL ESPIRITA EURIPIDES BARSANULFO
CNPJ 01.269.083/0001-81
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(1.293.814,49)	(1.478.767,52)
Ajustado por:		
(+) Depreciação	617.783,15	549.707,49
(+) Aumento (Redução) de EPCLD	9.851,75	(124.088,62)
Superávit (Déficit) Ajustado	(666.179,59)	(1.053.148,65)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	301.455,32	(426.158,82)
(Aumento) Redução de Créditos a Receber	324.645,60	11.303,68
(Aumento) Redução de Adiantamentos	(3.168,97)	(746,09)
(Aumento) Redução de Despesas a Apropriar/Outros Créditos	602.914,26	(627.770,90)
(Aumento) Redução de Estoques	99.320,97	(79.449,36)
(Aumento) Redução de Tributos a Recuperar	0,00	270.503,85
(Aumento) Redução de Cobrança Créditos - LP	(585.806,54)	0,00
(Aumento) Redução de Veículos Recebidos em Doação - Rifa	(36.450,00)	0,00
(Aumento) Redução de Título de Capitalização	(100.000,00)	0,00
Aumento (Diminuição) nos Passivos	81.026,59	(6.038,97)
Aumento (Redução) de Fornecedores	128.845,81	33.118,13
Aumento (Redução) de Obrigações Trabalhistas	(17.885,97)	259,34
Aumento (Redução) de Obrigações a Pagar	378.629,80	126.912,09
Aumento (Redução) de Obrigações Tributárias	48.405,15	(5.157,36)
Aumento (Redução) de Recursos de Convênios em Execução	(184.419,48)	2.877,48
Aumento (Redução) de Provisão para Contingências	(14.132,08)	(19.550,00)
Aumento (Redução) de Receita Diferida	(258.416,64)	(144.498,65)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(283.697,68)	(1.485.346,44)
2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento (Redução) de Empréstimos e Financiamentos	10.203,18	789.199,76
Aumento (Redução) de Parcelamentos	354.539,23	(38.621,91)
Aumento (Redução) de Mútuos a Pagar	85.000,00	0,00
(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos	449.742,41	750.577,85
3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos	(4.940,39)	(1.644,14)
Aquisição imobilizado por Subvenções	(240.226,38)	(288.735,26)
Aquisição de Imobilizado	(42.750,51)	(160.000,00)
(=) Caixa Gerado pelos Investimentos	(287.917,28)	(450.379,40)
Variação das Atividades	(121.872,55)	(1.185.147,99)
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(121.872,55)	(1.185.147,99)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	369.400,41	1.554.548,40
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	247.527,86	369.400,41

A notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

HOSPITAL ESPIRITA EURIPIDES BARSANULFO
CNPJ 01.269.083/0001-81
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais

Eventos	Patrimônio Social	Resultado do Período	Patrimônio Líquido	Outros Resultados Abrangentes	Total de Resultados Abrangentes
Saldo em 31/12/2020	2.644.811,95	1.694.432,66	4.339.244,61	0,00	4.339.244,61
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	1.694.432,66	(1.694.432,66)	0,00	0,00	0,00
<i>Superávit (Déficit) do Período</i>	0,00	(1.478.767,52)	(1.478.767,52)	0,00	(1.478.767,52)
Saldo em 31/12/2021	4.339.244,61	(1.478.767,52)	2.860.477,09	0,00	2.860.477,09
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	(1.478.767,52)	1.478.767,52	0,00	0,00	0,00
<i>Superávit (Déficit) do Período</i>	0,00	(1.293.814,49)	(1.293.814,49)	0,00	(1.293.814,49)
Saldo em 31/12/2022	2.860.477,09	(1.293.814,49)	1.566.662,60	0,00	1.566.662,60

A notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL DA ENTIDADE

O **HOSPITAL ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO** é uma entidade hospitalar, filantrópica de assistência social, fundada em 23/05/1973, registrada na forma de Associação de Constituição Civil, com sede a Via Ana Luzia de Jesus nº 91, Setor Rio Formoso em Goiânia – GO, portadora do CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Tem por finalidades principais a assistência médica e de ensino.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos (Lei Complementar nº 187/2021, Lei nº 12.101/09 e Lei nº 12.868/13) e normas brasileiras de contabilidade, mais especificamente as NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade se Lucros. A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Estão representados por disponibilidades de liquidez imediata, sendo registradas pelo valor real de liquidez, com risco insignificante na eventual mudança de seu valor de mercado. As disponibilidades com restrição, referem-se ao convênio realizado com o Ministério da Saúde.

b) Contas a Receber de Clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS, de contas hospitalares particulares ainda não recebidas e mensalidades de alunos de educação básica.

c) Estimadas de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – As perdas estimadas para o período foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração baseado na média histórica com perdas.

d) Estoques – Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado e compreendem basicamente materiais e medicamentos.

e) Ativo Imobilizado – Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995, avaliados de acordo com os critérios determinados pela Lei nº 6.404/76. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

f) Depreciação do Imobilizado – Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas (teste de *impairment*), operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, na Deliberação CVM nº 527 e na Resolução CFC Nº 1.292/10. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foram apontadas divergências relevantes que obrigasse a Entidade a registrá-las em sua contabilidade.

h) Ativos e Passivos Circulantes – Os ativos e passivos com vencimentos até 360 dias estão demonstrados no circulante.

i) Contas a Pagar a Fornecedores e Honorários Médicos – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. Os valores a pagar referentes a honorários

médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos autônomos a pacientes internados e ambulatoriais.

j) Obrigações Trabalhistas e Tributárias– As obrigações trabalhistas e sociais foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, assim como as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico. As obrigações tributárias são referentes a retenções tributárias de funcionários e de terceiros.

k) Financiamentos e Parcelamentos – Os financiamentos bancários e os parcelamentos de tributos estão apresentados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data das Demonstrações Contábeis.

l) Critérios de Apuração de Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. Foi reconhecida como receita e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

m) Estimativas Contábeis – A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo tais premissas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente;

n) Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido;

o) Receitas Antecipadas – Não foram reconhecidas receitas antecipadas (ou faturamento antecipado) referente a pacientes internados em que as contas ainda não foram encerradas, mas os custos referentes a esta internação já foram reconhecidos no resultado do exercício.

p) Ajuste a Valor Presente – Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 e a Lei nº 11.638/07, foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse, nos ativos e passivos, a adoção deste procedimento.

q) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

r) Demonstração dos Resultados Abrangentes – A Demonstração de Resultados Abrangentes foi incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 4 – INVESTIMENTOS PERMANENTES E IMOBILIZADOS

Os investimentos permanentes estão representados pelos seus valores relativos à 31/12/2022, sem atualização de saldo.

a) Investimentos

	2022	2021
INVESTIMENTOS	29.727,65	29.727,65
Cota Patrimonial Cooperativa Médicos Goiás – COMEGO	500,00	500,00
Cota patrimonial de Linhas Telefônica	1.569,06	1.569,06
Cota Capital SICOOB	32.598,98	27.658,59
Titulo de Capitalização - Santander	100.000,00	0,00

b) Imobilizado e Intangível

Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	3.026.393,15	282.976,89	(617.783,15)	2.691.586,89
IMOBILIZADO - BENS E DIREITOS	1.552.045,36	42.750,51	(119.140,13)	1.475.655,74
Terrenos	227.805,27	0,00	0,00	227.805,27
Edificações HEEB - Hospital	525.920,20	0,00	0,00	525.920,20
Edificações HEEB - Anexo Administrativo	2.178.504,37	0,00	0,00	2.178.504,37
Construções em Andamento	634.424,01	0,00	0,00	634.424,01
Instalações	92.037,09	0,00	0,00	92.037,09
Instrumentos Musicais	27.298,60	0,00	0,00	27.298,60
Maquinas E Equipamentos	446.750,25	0,00	0,00	446.750,25
Moveis e Utensílios	281.192,10	0,00	0,00	281.192,10
Ferramentas	761,10	0,00	0,00	761,10
Moveis e Utensílios - Hospitalar	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
Equipamentos de Informática	0,00	42.750,51	0,00	42.750,51
Veículos	173.192,71	0,00	0,00	173.192,71
(-) Depreciação Acumulada	(3.195.840,34)	0,00	(119.140,13)	(3.314.980,47)
IMOBILIZADO SUBVENÇÕES	1.474.347,79	240.226,38	(498.643,02)	1.215.931,15
Bens e Direitos Subvenções	2.808.060,95	240.226,38	0,00	3.048.287,33
(-) Depreciações Imobilizado Subvenções	(1.333.713,16)	0,00	(498.643,02)	(1.832.356,18)
INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00
Softwares	5.310,00	0,00	0,00	5.310,00
Amortização Softwares	(5.310,00)	0,00	0,00	(5.310,00)

NOTA 5 – EMPRÉSTIMOS

A rubrica contábil Empréstimos e Financiamentos apropriados no passivo circulante e não circulante, é composto por valores oriundos de empréstimo, consignado e capital de giro junto aos bancos, no montante de R\$ 1.384.310,07 em 31/12/2022. Estão registrados como segue:

	2022	2021
Circulante	1.259.763,95	834.047,61
Santander Empréstimo Folha	105.823,76	246.223,80
Banco Brasil	141.000,00	120.000,00
Santander	210.904,97	200.000,00
Sicoob	250.000,00	250.000,00
Santander Consignado	17.481,78	17.823,81
Santander Empréstimo Folha	120.000,00	0,00
Santander Empréstimo Giro	414.553,44	0,00
Não Circulante	124.546,12	540.059,28
Santander Empréstimo Folha	0,00	113.062,21
Juros de empréstimos folha	0,00	(23.002,93)
Santander Empréstimo Folha	90.000,00	450.000,00
Santander Empréstimo Giro	34.546,12	0,00

NOTA 6 – PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

No exercício de 2019 a Entidade aderiu ao parcelamento previdenciário a ser pago em 60 meses e em 27/06/2022 aderiu ao parcelamento simplificado, consolidado com débitos previdenciários e imposto de renda. Os débitos parcelados estão registrados como segue:

	2022	2021
Circulante	206.393,37	83.350,33
Parcelamento Previdenciário - RFB	47.545,38	34.883,31
Parcelamento Previdenciário - PGFN	57.801,27	48.467,02
Parcelamento Simplificado - INSS/IRRF	101.046,72	0,00
Não Circulante	354.021,84	97.242,04
Parcelamento Previdenciário - RFB	3.962,11	40.697,19
Parcelamento Previdenciário - PGFN	4.816,77	56.544,85
Parcelamento Simplificado - INSS/IRRF	345.242,96	0,00

NOTA 7 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 187/2021

a) **Área da Saúde** – Em cumprimento a Lei Complementar nº 187/2021 e Lei nº 12.868/2013, Decreto nº 8.242/2014 e Portaria GM/MS nº 834/2016, referente ao exercício de 2022, a Entidade atendeu pelo Sistema Único de Saúde – SUS, equivalente a 88,66% (91,34% em 2021) do total de seus atendimentos, conforme demonstrado.

	2022		2021	
Pacientes/Dia				
Número Pacientes/Dia SUS	44.518	77,16%	40.030	79,84%
Número Pacientes/Dia Não SUS	13.180	22,84%	10.106	20,16%
Total Pacientes/Dia	57.698		50.136	
Atendimentos Ambulatoriais				
Ambulatório SUS	4.507	62,27%	8.128	61,17%
Hospital Dia SUS	10.950		9.792	
Ambulatório Não SUS	8.566	37,73%	9.792	38,83%
Hospital Dia Não SUS	800		1.584	
Total de Atendimento Ambulatoriais	24.823		29.296	
Atenção a:				
I - atenção obstétrica e neonatal;	N	0,00%	N	0,00%
II - atenção oncológica;	N	0,00%	N	0,00%
III - atenção às urgências e emergências;	N	0,00%	N	0,00%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	S	1,50%	S	1,50%
V - hospitais de ensino.	N	0,00%	N	0,00%
Total		1,50%		1,50%
Atendimento SUS				
Número Pacientes/Dia SUS		77,16%		79,84%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção		1,50%		1,50%
Total % Atendimento SUS		88,66%		91,34%

É importante destacar que o **Hospital Espírita Eurípedes Barsanulfo** não estabeleceu nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo 100% da população que aceita as condições de atendimento estabelecidas na legislação do SUS, e em especial aos procedimentos de total complexidade buscados pela população dos vários municípios da região.

b) **Área da Educação** – Na área educacional, a Entidade concedeu bolsas no exercício de 2022, em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.868/2013, Lei nº 12.101/2009 e Lei Complementar nº 187/2021. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utiliza o seguinte critério de renda:

a) A bolsa de estudo integral e concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um e meio) salários mínimos.

b) A bolsa de estudo parcial é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

Para fins de concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. Para o cumprimento da proporção descrita, a entidade poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observadas as seguintes condições:

a) no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes;

b) bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido, conforme definido em regulamento.

Educação Básica	2022	2021
Total de alunos matriculados	213	266
Alunos bolsa integral (Lei Complementar nº 187/2021)	25	31
Alunos Pagantes:	188	235
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei Complementar nº 187/2021)	67	77
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		
Quantidade mínima de bolsas 1/5	Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	Atendido

NOTA 8 – SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

A entidade recebeu, no exercício de 2022 as seguintes doações e subvenções de custeio:

	2022	2021
Subvenções	1.187.743,02	1.491.382,91
Convênios Municipais	300.000,00	96.000,00
Secretaria da Cidadania	89.100,00	62.910,00
Subvenções Governamentais - Estaduais	0,00	444.401,00
Subvenções para Investimentos	498.643,02	433.233,91
Subvenções Governamentais - União	300.000,00	454.838,00
Doações	469.561,11	458.265,84
Espontâneos	446.908,72	403.853,91
Pena Alternativa	22.652,39	25.549,92
Sócios Contribuintes Pessoa Física	0,00	28.862,01
Total de Subvenções para Custeio e Doações	1.949.648,75	1.949.648,75

As doações e subvenções em 2022 foram aplicadas no decorrer do exercício na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

NOTA 9 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Conforme a Lei Complementar nº 187/2021, a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

Isenções Usufruídas/Renúncia Fiscal	2022	2021
Isenção Hospital (1)	2.364.216,22	2.299.020,26
Cota Patronal INSS - 27,8% (Folha de pagamento)	1.930.223,07	1.875.791,78
COFINS - 3%	433.993,15	423.228,48
Isenção Colégio (2)	336.524,02	344.303,58
Cota Patronal INSS - 25,5% (folha de pagamento)	281.989,82	286.173,00
COFINS - 3%	54.534,20	58.130,58
SOMATÓRIO DAS ISENÇÕES	2.643.323,84	2.643.323,84

NOTA 10 – DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 14 DO CTN

A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os dirigentes, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente. A Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social. A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em parecer dos advogados da Entidade, foi constituído o valor da provisão para contingências em R\$46.317,92, valor considerado suficiente para cobrir as demandas eventuais perdas em causas trabalhistas e cíveis consideradas como prováveis de perda. Não foi constatado valores de causas avaliadas como possíveis.

NOTA 12 – COBERTURA DE SEGUROS

A entidade adota a política de cobertura de seguros, sendo que em 31/12/2022, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e roubo, em valor considerado adequado para a manutenção dos bens do ativo imobilizado.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, sendo que o *déficit* do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e da Resolução CRC nº 1.409/2012 que descreve que o *superávit* ou *déficit* do exercício deve ser registrado na conta *Superávit* ou *Déficit* do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

Goiânia, 31 de dezembro de 2022

Jeziel da Silva Ramos
Diretor – Presidente

Ademirdes Pereira Vargas
1º Tesoureiro

Eleny da Penha Xavier Rodrigues
Contador CRCGO 26011/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria do
Hospital Espírita Eurípedes Barsanulfo
Goiânia – GO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Espírita Eurípedes Barsanulfo que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Espírita Eurípedes Barsanulfo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas conforme relatório do auditor independente emitido, com ressalva, em 04 de abril de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que

lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de abril de 2023.

**SCHIMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1**